

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2005

CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE, do Estado de Santa Catarina, com endereço à Rua José Fabro, s/n., inscrito no CGC/MF sob No 95.990.115/0001-87, neste ato representado por seu Prefeito Municipal - **SR. ELI MARIOTT**, doravante denominado **MUNICIPIO**.

CONTRATADO: RÁDIO DOZE DE MAIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 83.522.136/0001-99, situada à Rua João Beux Sobrinho, 350 centro, na Cidade de São Lourenço D'Oeste, SC, neste ato representado pelo Sr. **CÍRIO HIPPLER**, doravante designado **CONTRATADO**.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Serviços de Rádio Difusão, programa semanal com 10 (dez) minutos de duração a ser realizado nos sábados no horário das 12:50 às 13:00 horas e mais 25 (vinte e cinco) avisos mensais.

CLAUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Contrato, celebrado com fundamento na Lei 8.666/93 e no que dispõe ainda o Processo Licitatório 005/2005 – Carta Convite 002/2005.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

I - Do preço.

O preço será de:

R\$ 1000,00 (um mil reais) mensais.

II - Da forma de pagamento.

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional até o dia 10 de cada mês subsequente ao mês do serviço prestado, mediante a entrega da Nota Fiscal correspondente aos serviços prestados.

III - Aplica-se, com relação ao reajuste de valores contratados, o que dispõe o artigo 28 da Lei nº 9.069, de 29/06/95.

CLAUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros, para o custeio das despesas decorrentes do objeto especificado na Cláusula Primeira, são os constantes no orçamento de 2005 no projeto atividade: 30.01 – 04122323339039 – Manutenção do órgão central.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

I – Executar os serviços, objeto deste contrato, no horário e dias definidos na cláusula primeira.

II – publicar os avisos solicitados pela contratante em qualquer dia e horários definidos pela administração municipal.

III – Observar o que dispõe o Processo Licitatório 005/2005 – Carta Convite 002/2005.

IV - assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do presente contrato;

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Fiscalizar e controlar a prestação dos serviços.

II - Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas;

III - Cumprir as condições de pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES.

O Contratado que não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeito às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 5% sobre o valor do contrato;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município.

d) Declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto deste contrato sem o consentimento prévio do MUNICÍPIO;

II - As alterações que se fizerem necessárias serão efetuadas através de Termo Aditivo firmado entre as partes.

III - Ficam fazendo parte integrante do presente: o Processo Licitatório 005/2005 – Carta Convite 002/2005 e a Proposta do CONTRATADO.

IV - Os casos omissos neste Contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente à matéria - Lei n. 8.666/93, com suas atualizações.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato tem início no dia 24 de janeiro de 2005 e se estenderá até o dia 31 de Dezembro de 2005, podendo ser prorrogado por conveniência e interesse da administração pública.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa, recebendo a contratada somente o valor dos serviços prestados, não lhe sendo devido qualquer outro valor a título de indenização, ou qualquer outro título, presente ou futuramente.

Em caso de inexecução contratual prevista no artigo 78 da Lei 8.666/93, por culpa do CONTRATADO, fica estabelecida a multa de 5% sobre o valor do Contrato.

Presume-se culpa da CONTRATADO a ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XI do artigo supra mencionado.

A subcontratação total ou parcial deste Contrato constitui-se motivo justo para rescisão (item VI artigo 78 da Lei 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste Termo de Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de São Lourenço D'Oeste/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Novo Horizonte/SC, em 24 de janeiro de 2005.

ELI MARIOTT
Prefeito Municipal

CIRIO HIPPLER
Contratado.

Testemunhas: 1)-_____

2)-_____